



Nº 06  
Junho  
2022

## Afinal, quem define o que é corrupção e quanto tempo ainda temos?

*Humberto Dantas*<sup>1</sup>

Jair Bolsonaro se elegeu presidente numa onda que varreu o país a partir de fenômenos assistidos, de forma mais aguda, entre 2013 e 2016. Dos manifestos de rua ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT) o Brasil se viu imerso em narrativa contrária à política que tem caracterizado democracias pelo planeta. No fim dos anos 90 do último século, análises já alertavam que o eleitor não votava mais a favor de algo, mas sim contra alguma coisa. Tal percepção se agudizou, tornando-se movimento radical contrário à política e ao Estado.

Em 2014, algumas leituras do processo eleitoral mostram que a alternância na segunda colocação das eleições presidenciais entre Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB) era uma tentativa de posicionamento de parcelas dos votantes contra o PT. Em 2018, o antipetismo se opôs radicalmente ao movimento #elenão. Jair Bolsonaro e Fernando Haddad tiveram parcelas de seus votos em oposição ao adversário, e não em simpatia às suas ideias.

O vencedor prometeu combate ostensivo à corrupção, mas acusações não faltam contra seu discurso. O alicerce de tal narrativa foi demitido. O ex-juiz Sérgio Moro, que se notabilizou pela Operação Lava-Jato e foi retratado como super-herói, abandonou a magistratura e se mostrou um ministro da justiça desarticulado. Colecionou derrotas, saiu acusando o presidente de interferência na Polícia Federal, derreteu como candidato ao Planalto e em meio a diversos episódios se notabilizou por comentar que um colega de ministério, corrupto confesso associado ao recebimento de recurso ilícito para campanha eleitoral, merecia perdão porque havia “pedido desculpas” e pago uma multa para ser absolvido sem qualquer punição por ter conquistado o cargo de deputado federal nas urnas do Rio Grande do Sul.

Não faltam exemplos desse tipo ao longo dos últimos três anos e meio no Brasil. Não faltam, também, nos últimos 522 anos. A CPI do Covid, já esquecida e enfraquecida nas fileiras da justiça, não nos deixa dúvidas sobre isso. O padrão de compras de insumos alimentícios nas forças armadas é outro bom exemplo. Mas é no Ministério da Educação que surgiu um dos mais emblemáticos casos de corrupção do atual governo. Depois de três frustradas nomeações para a pasta, que duraram entre as horas de um professor que fraudou o próprio currículo acadêmico, os três meses de um primeiro nomeado que caiu por ausência de planejamento e mais de um ano de um verborrágico professor, chegara a hora de um religioso com passagem pela reitoria de histórica universidade paulista. Milton Ribeiro, no entanto, duraria menos de dois anos no cargo. Em março de 2022 entregou o cargo. Foi acusado de receber, a mando do presidente da República, pastores evangélicos que intermediariam a distribuição de recursos da Educação para prefeituras em troca de propinas que incluíam, até mesmo, ouro. Conhecedor das acusações, em atração semanal no YouTube, o presidente afirmou que colocava a cara no fogo pelo aliado.

A semana que se iniciou em 20 de junho de 2022 trouxe notícias complexas para o Planalto. O presidente da República busca a reeleição e convive com o lançamento de três pesquisas de intenção de votos – ao todo, esse ano, já foram 60 estudos de mais de 10 empresas. O PoderData finalizado em 21 de junho coloca Lula (PT) com 44% dos votos no primeiro turno contra 34% de Bolsonaro. No Ideia/Exame 45% a 36% e no DataFolha 47% a 28%. A rejeição ao atual presidente varia entre 42% e 55% nos estudos, superiores aos 35% a 42% de Lula em mais uma eleição que sugere o

<sup>1</sup> Humberto Dantas – cientista político, doutor pela USP e parceiro da KAS

voto contrário. E a distância em simulações de segundo turno ficam entre sete pontos no Ideia e 23% no DataFolha, sempre a favor do PT.

A pauta econômica domina o que os brasileiros desejam para o pleito em todas essas pesquisas: desemprego, renda e preços formam um mantra que merece atenção. O Brasil atualmente tem um triplo 10 que incomoda: cerca de 10% de desemprego, e mais que isso em juros e inflação anual. O que seria possível para manter Bolsonaro no poder? Três são as respostas encontradas em gestos recentes: intensificação de publicidade oficial, até o limite legal de junho, com a adição do uso do horário partidário pelo PL e dos aliados; utilização, tradicional em nossa política de recursos federais para agradar eleitores e apoiadores, o que vai do controle de parte do orçamento pelo Centrão à adoção de medidas distributivistas em forma de subsídios e concessões e;

acentuação da pauta de costumes como forma de desviar a atenção da sociedade, incluindo o “heroico combate à corrupção”. Será possível?

Faz cerca de um ano Bolsonaro flexibilizou seu discurso de que em seu governo “não existe corrupção”. Desde julho de 2021 tem afirmado que não há como saber o que ocorre em todos os ministérios. Ainda assim, no caso de Ribeiro, ensaiou fazer pouco caso da prisão e após a soltura do ex-ministro, horas depois da detenção e sob a acusação de regalias na polícia e interferências nas investigações, o presidente disse que colocaria a mão no fogo pelo aliado – desistindo do rosto. Bolsonaro oscila comportamentos em nítido desconforto: seu advogado afirmou que Ribeiro deve se defender, mas o presidente afirmou que o caso em destaque “não foi corrupção (...) foi a história de fazer tráfico de influência, é comum”. Importante salientar: o acusado também responde por corrupção passiva, prevaricação e advocacia administrativa.

No Código Penal “tráfico de influência” é tipificado como crime no artigo 332 e prevê detenção. Bolsonaro só acerta em dizer se tratar de algo comum. Num breve histórico, buscando apenas um exemplo de cada governo mais atual: em 1995, o Caso Sivam, um dos mais famosos escândalos de FHC, foi tratado como tráfico de influência levado adiante por servidores federais em benefício de empresa norte-

americana que arrematou, sem licitação, contrato superior a um bilhão de dólares. Em 2005, Vavá, falecido irmão do então presidente Lula, foi acusado pela Polícia Federal de tráfico de influência para proteção de máfia de exploração de jogos de azar na Baixada Santista. O presidente, à época, disse que a polícia armou rede para peixes grandes e pegou peixe pequeno. Em 2010, a candidata Dilma Rousseff deixou no ministério da Casa Civil uma companheira de confiança. Erenice Guerra foi demitida em setembro sob a acusação de tráfico de influência, envolvendo seu filho. Durante o governo seguinte participou de vários eventos oficiais em papel de destaque. Em 2016, após o impeachment, Michel Temer era acusado de advocacia administrativa e tráfico de influência em caso envolvendo interferência de ministro de sua equipe na pasta da Cultura. Comum? Parece que sim. Aceitável?

Não somos uma sociedade preparada para “julgar corrupção” por meio do voto.

Mas podemos tratar tudo isso como algo corriqueiro, a despeito dos resultados e de centenas de casos de acusações inocentadas? A absoluta incapacidade de nossa sociedade de separar o universo público do privado passa por três desafios: 1) quantos desses casos são punidos pela justiça no “país da impunidade”? 2) quanto o atual governo é efetivamente um fenômeno distinto na política? 3) por quantos anos mais teremos que conviver com o eco infinito de Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil, obra escrita faz quase um século? Diz o capítulo 5: “O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição.” Até quando isso vai perdurar como algo comum?

As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não são necessariamente opiniões da Fundação Konrad Adenauer.